

ICMBio

Edição 563 – Ano 12 – 26 de junho de 2020

em foco

Preguiças-de-coleira: as guardiãs das florestas

**ICMBio lança Plano
Diretor de Tecnologia
da Informação e
Comunicação**

**Floresta amazônica
é mais resistente
quando não sofre
incêndio anterior**



Floresta amazônica é mais resistente quando não sofre incêndio anterior

Com a aproximação dos meses de seca, que costumam ser mais críticos aos biomas brasileiros por causa da facilidade de propagação de incêndio, um estudo realizado pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Embrapa Amazônia Oriental e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) constatou ainda mais a importância de se preservar as florestas primárias, como são conhecidas as áreas com ínfima interferência humana. De acordo com a pesquisa, estas áreas são mais resistentes ao fogo quando comparadas com aquelas que sofreram algum tipo de degradação, como extração seletiva de madeira. O artigo "Resiliência da floresta a incêndios na Amazônia Oriental depende das condições anteriores ao fogo" foi publicado na revista *Forest Ecology and Management* e pode ser lido [aqui](#).

A publicação reúne pesquisadores de instituições de pesquisa do Brasil e Estados Unidos e é oriunda do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) da Ufopa. A pesquisa foi realizada na Floresta Nacional do Tapajós, no Pará, em uma área de floresta nativa atingida por um incêndio acidental em 1997. Antes e após o incêndio, foram comparadas áreas de floresta primária (aquelas sem histórico recente de perturbações)

e áreas submetidas ao manejo florestal, onde há extração seletiva de madeira desde 1982.

"Os danos causados pelo fogo em áreas com histórico de extração seletiva de madeira, mesmo quando submetidas às diretrizes de redução de impacto de um plano de manejo florestal, são maiores do que em florestas primárias e, por isso, o tempo de recuperação pode ser maior do que 15 anos, dependendo das condições de estrutura da floresta no momento do incêndio", afirma o analista ambiental do ICMBio, que é o autor principal do artigo, Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade, lotado na Floresta Nacional do Tapajós.

Mesmo que exploradas conforme previsto pela legislação brasileira, os resultados da pesquisa demonstraram que as áreas de manejo ainda são menos resistentes ao incêndio do que as florestas nativas sem histórico de perturbação. Nas florestas manejadas, a recuperação é mais lenta porque as árvores de maior porte são extraídas para a comercialização, o que altera a dinâmica natural das florestas, com aumento nas taxas de mortalidade e de surgimento de novas árvores. O incêndio, ao atingir essas áreas, intensifica essa dinâmica, principalmente entre as árvores de pequeno porte.

Dárlison Andrade

Pesquisa foi realizada na Floresta Nacional do Tapajós

ODS relacionados



Parna da Chapada dos Guimarães recebe equipamentos de segurança

O Parque Nacional (Parna) da Chapada dos Guimarães recebeu, na última segunda-feira (22), 40 protetores faciais (*faceshields*) doados pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) – *campus* Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, e álcool líquido 70% doados também pelo IFMT, mas do *campus* Diamantino. Os equipamentos foram desenvolvidos pelo próprio IFMT e fazem parte do projeto "Desenvolvendo Insumos de Segurança e Salvando Vidas", que está doando EPIs para auxiliar no combate e prevenção ao Covid-19.

Os equipamentos recebidos pelo Parque Nacional da Chapada dos Guimarães serão utilizados pelas equipes de brigadistas e servidores, que estão em campo com trabalhos de prevenção a incêndios florestais, monitoramento e fiscalização. Além disso, o álcool irá auxiliar na limpeza de veículos e equipamentos.

Além de protetores faciais e álcool, há outros projetos, como o de confecção de máscaras e manutenção de respiradores. Clique [aqui](#) e acesse o mapa com as ações de combate ao novo coronavírus, realizadas pelo IFMT em todo o estado.



Arquivo Parna Chapada dos Guimarães



Protetores serão usados nos trabalhos em campo por servidores e brigadistas enquanto o álcool em gel vai higienizar as viaturas e equipamentos

ODS relacionados



Preguiças-de-coleira: as guardiãs das florestas

Espécie endêmica da Mata Atlântica, as preguiças-de-coleira ganharam esse nome por causa da mancha negra em suas nuca, semelhantes a um pequeno colar. Esses simpáticos animais foram tema principal dos estudos de Paloma Marques Santos, bolsista do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB), que defendeu recentemente tese de doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulada "Avaliação da ocupação e da adequabilidade ambiental para a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*, Illiger 1811): uma abordagem multi-espacial e multi-temporal com contribuições para a conservação da biodiversidade".

Além da tese, outros dois artigos foram publicados e estão disponíveis [aqui](#) e [aqui](#). Eles tratam da disponibilização de informações de xenartras neotropicais (como as preguiças) e

Espécies arborícolas, como as preguiças-de-coleira, ajudam pesquisas que mensuram impactos das atividades humanas na degradação de florestas

os efeitos do limiar de cobertura florestal na ocorrência da preguiça-de-coleira.

Com a crescente expansão populacional, áreas antes florestais estão dando espaço a ambientes agropastoris ou ainda urbanos, destruindo habitats, fragmentando territórios e pressionando a busca por abrigo e recursos, por exemplo. Neste contexto, espécies arborícolas, ou seja, aquelas que dependem de árvores para abrigo, proteção e alimentação costumam ser as primeiras a serem afetadas pela degradação dos territórios.

A pesquisa feita por Paloma busca contribuir em como diminuir ou reverter este cenário que coloca espécies como a preguiça-de-coleira em vulnerabilidade. Atualmente, esta espécie está classificada no Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção como Vulnerável.

O estudo foi dividido em três etapas principais: a primeira consistiu num levantamento e compilação de mais de 30 mil registros de xenartras, cujos dados devem servir para facilitar análises e modelagens biológicas e ecológicas; a segunda abordou a influência da cobertura florestal e outras variáveis na probabilidade de ocupação do animal, descobrindo que a preguiça-de-coleira corresponde a um limiar de 35% de cobertura florestal, abaixo do qual a probabilidade de ocupação declina consideravelmente em regiões com menos de 20% de floresta; e a terceira investigou a adequabilidade ambiental de acordo com cenários de mudanças climáticas aliados a cenários de regeneração florestal.

Segundo Paloma, as preguiças-de-coleira podem servir como bons indicadores ambientais. "Embora tenha a capacidade de habitar fragmentos pequenos, por causa de sua área de vida pequena, se caso aquele fragmento florestal não possuir recursos e condições adequados, a preguiça não estará presente. Estas condições e recursos referem-se à variedade de árvores, altas e com copas conectadas, florestas bem estruturadas, com presença de estratos herbáceos, arbóreos e arbustivos", informa Paloma.

Campos agropastoris costumam estar posicionados entre fragmentos florestais, logo, as preguiças-de-coleira e outros animais precisam atravessar algumas distâncias, pois as áreas florestais não estão conectadas. Nestes momentos, mesmo em percursos curtos, as preguiças podem estar vulneráveis a ataques de animais domésticos como cães, por exemplo. De acordo com a pesquisadora, estas vulnerabilidades estão mais presentes em áreas abertas por pasto, pasto abandonado e solo exposto.

Os resultados da pesquisa, além de mostrarem a importância das florestas para espécie, podem ser aplicados em diversas ações de conservação essenciais, como identificar áreas prioritárias de conservação, identificação dos principais requerimentos de habitat e dos principais preditores para a espécie, e identificar as principais áreas de ocupação e ocorrência da espécie.

ODS relacionados



ICMBio lança Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Nesta semana, o ICMBio lançou seu mais novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – o PDTIC. O documento, cuja responsabilidade de execução será da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotec/CGATI), é válido para o biênio 2020-2021 e traz as diretrizes, metas e ações para modernizar tecnologicamente o Instituto. Clique aqui para acessar o documento.

“O PDTIC é essencial para o planejamento das ações de tecnologia da informação, uma vez que utiliza ferramentas de planejamento estratégico, diagnóstico e análise institucional, de forma a possibilitar o planejamento das ações com maior alinhamento às metas institucionais e às diretrizes de governo”, esclarece o coordenador da Cotec, Jaime Lisboa. “Nesta visão as características de capilaridade do ICMBio são consideradas não só no PDTIC, mas também no planejamento da contratação de serviços e aquisição de equipamentos”.

Segundo Lisboa, a primeira etapa é feita por meio de um grupo de trabalho composto por representantes de todas as diretorias do ICMBio. Este grupo é responsável por fazer levantamento de demandas juntos aos seus setores e unidades vinculadas, consolidando tudo numa matriz de necessidades.

Alguns exemplos de necessidades do ICMBio são serviços de desenvolvimento, apoio, manutenção, teste, qualidade e mensuração dos portais da instituição, o que inclui o portal da Internet, intranet e sistemas que o ICMBio utiliza. Outra necessidade é a atualização dos hardwares do órgão, de modo a manter a vida útil dos equipamentos e prover os servidores das ferramentas adequadas de trabalho, como notebooks, computadores, smartphones funcionais etc. O PDTIC também formula um Plano de Mitigação de Riscos, que tem como objetivo prevenir e, caso não seja possível, verificar o que pode ser feito caso algo dê errado.

De acordo com Lisboa, por meio do PDTIC é possível acompanhar o histórico do ICMBio em relação às ações de tecnologia da informação e planejar melhor o que deve ser implementado futuramente. “O PDTIC, em seu histórico de versões, serve como um painel de monitoramento de desempenho da área de TIC e de investimentos do ICMBio em tecnologia da informação, ou seja, ao ler as várias versões do PDTIC, é possível entender como o instituto vem investindo em TI ao se comparar o total de aquisições, a ampliação da estrutura, a evolução das tecnologias e soluções contratadas, a capacitação de pessoal etc.”.



Novo plano será válido para este 2020 e 2021 e traz diretrizes para modernização do Instituto



www.icmbio.gov.br



Fiscais apreenderam 175 quilos de peixes

Fiscais flagram grupos pescando em UCs em São Paulo

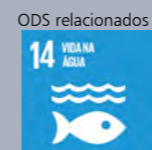
Fiscais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) flagram pessoas pescando na área do Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, em São Sebastião, e na área da Estação Ecológica Tupinambás, em Ubatuba, ambas em São Paulo. Todos foram multados, e os peixes e os apetrechos de pesca foram apreendidos.

Na sexta-feira (19), os fiscais flagraram seis pessoas pescando na área do Refúgio do Arquipélago de Alcatrazes. Com o grupo, foram apreendidos 175 quilos de peixes. Eles foram multados em R\$ 35 mil por estarem pescando em uma área protegida com diversas espécies em extinção. Dos 175 kg de pescado apreendido, tinham espécies como garoupa (*Epinephelus marginatus*), que está ameaçada de extinção, além de pargo (*Pagrus pagrus*),

anchova (*Pomatomus saltatrix*) e olho de boi (*Seriola dumerili*).

No domingo (21), fiscais do ICMBio autuaram um grupo de três pessoas, de São Vicente, por pescar na Estação Ecológica Tupinambás, em Ubatuba (SP). O barco estava em local de grande importância para reprodução e abrigo de espécies protegidas dentro da UC. Com o grupo, foram apreendidos 158 quilos de pescado e petrechos de pesca. O valor das multas passa de R\$ 70 mil.

A pesca de qualquer natureza é proibida no interior das duas unidades de conservação. Os infratores estão sujeitos à multa, apreensão da embarcação e dos petrechos de pesca. As ações de fiscalização e a política de tolerância zero



ICMBio em Foco - nº 563

Rebio Perobas e Polícia Ambiental agem contra caça ilegal

No Noroeste do Paraná, a Reserva Biológica de Perobas abriga 8,7 mil hectares de floresta, sendo uma das maiores áreas protegidas para a flora e fauna nativas. Isso atrai o interesse de caçadores, que invadem a unidade de conservação em busca de animais como catetos, cutias, pacas, cervos e outros mamíferos de médio e grande porte presentes na Rebio.

Para coibir a caça ilegal, a gestão da UC e a Polícia Ambiental intensificaram a fiscalização ambiental. Como resultados destas medidas, desde janeiro, oito pessoas já foram autuadas por caça, ato preparatório para caça, porte ilegal de arma de fogo e de munição. As ações de combate ocorrem tanto no interior da Reserva quanto no seu entorno, que abrange os municípios paranaenses de Cianorte e Tuneiras.

Ao todo, neste ano já foram apreendidos pelo ICMBio e pela PM Ambiental oito armas de fogo, munição de diversos calibres, dois animais silvestres abatidos e quatro veículos. Além disso, duas estruturas usadas para caça foram destruídas em fragmentos florestais próximos da Reserva. Foram aplicadas multas que somaram R\$ 12,5 mil.

Apenas durante a pandemia de Covid-19, foram seis autuados. O serviço de fiscalização ambiental é considerado essencial e está mantido. Como a Reserva Biológica das Perobas está fechada para as atividades de pesquisa e educação ambiental, as ações de proteção – incluindo fiscalização – foram reforçadas.

*No Paraná, a caça ilegal de animais silvestres pode ser denunciada pelo telefone 181.



Arquivo Rebio Perobas



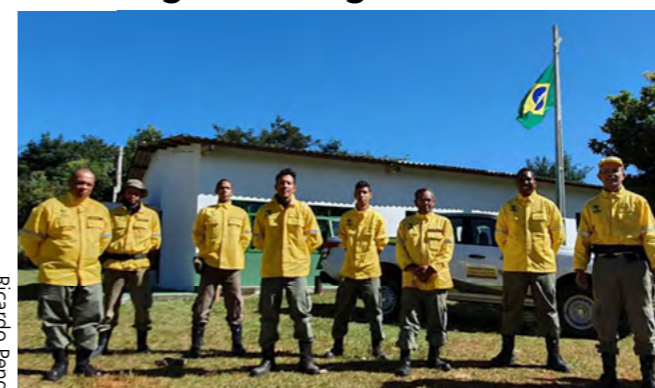
Somente durante a pandemia, seis pessoas já foram autuadas por caça ilegal na Rebio ou nos arredores

ODS relacionados



Curta

Pela primeira vez, APA do Planalto Central ganha brigada de incêndio



Ricardo Peng

Primeira brigada de incêndio da APA do Planalto Central

Em 2020, pela primeira vez, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central, no Distrito Federal, forma uma equipe de brigada de incêndio. Ao todo, são oito brigadistas à disposição da UC candanga. Seis deles possuem contratos de seis meses, e dois estão contratados num regime maior, de dois anos, onde podem também auxiliar em outras atividades, como manejo de trilhas.

De acordo com o analista da APA, Ricardo Peng, a unidade é atingida com incêndios florestais constantemente e o apoio era dado por bombeiros do Distrito Federal e de Goiás, que continuarão ajudando a brigada da APA. A ideia é focar em prevenção de incêndios na parte norte da APA e auxiliar os trabalhos da brigada do Parque Nacional de Brasília.

Sete dias, sete ações de fiscalizações

Mesmo durante o período de isolamento social, as ações de fiscalização continuam a pleno vapor. Somente no período de 12 a 18 de junho, o ICMBio realizou sete ações de fiscalização em quatro estados diferentes e em sete diferentes unidades de fiscalização (Rebio Jaru, Esec Pirapitinga, Resex Renascer, Parna do Iguaçu, APA Morro da Pedreira, Esec Mata Preta e Flona Jamari) com 22 agentes de fiscalização em campo.

Foram aplicados mais de 33 autos de infração, somando R\$ 405.950 em multas, 97 apreensões, uma área de 5,88 hectares embargada e uma destruição.



Bruno Bimbarato

Parna Cabo Orange (AP)

Acervo Parna Cabo Orange; Ricardo Pires; Paulo Silvestro





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanan Miranda

Diagramação

Marília Ferreira

Revisão de Texto

Marjoire de Carvalho Malaquias

Chefe da Divisão de Comunicação

Marjoire de Carvalho Malaquias

Foto da Capa

Paloma Santos

Colaboraram nesta edição

Antônio da Silva – Rebio Perobas; Carla Viviane – DCOM; Cíntia Brazão – Parna Chapada dos Guimarães; Equipe CPB; Paloma Santos – CPB; Ricardo Peng – APA Planalto Central; Milena Pacheco – Cotec; José Risonei – Flona do Tapajós.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL